

Arquivo Digital



Academia Galega da
Língua Portuguesa

ARQUIVO DIGITAL

ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://arquivo.academiagalega.org>

Conjunto Documental: 2010 - Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, 3.

Título: Da literatura *abscondita*? ou apontamento liminar sobre *Baralha de sonhos: António Gil Hernández leitor de Amado L. Caeiro*.

Autoria: Vidal Bouzon, Álvaro J.

Data: 2010.

Revista: *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*.

Número: 3.

Paginação: 139-150.

Editora: Academia Galega da Língua Portuguesa.

Cidade: Padrão.

Meio Original: Documento eletrónico em PDF, 12 p. de 14,8 x 21 cm.

Proveniência: Joám Evans Pim.

Direitos: Este material foi licenciado com uma licença *Creative Commons*, podendo ser copiado, distribuído, exibido e executado com atribuição da fonte, desde que seja para fins não comerciais, não podendo criar derivações da mesma.

(CC-BY-NC-ND) 3.0, 2011.

**Da literatura *abscondita*?
ou apontamento liminar
sobre *Baralha de sonhos*:**

António Gil Hernández leitor de
Amado L. Caeiro

Álvaro J. Vidal Bouzon

Resumo

Enfrentando o facto de o poemário *Baralha de sonhos*, de Amado L. Caeiro, vir enquadrado na interpretação fornecida pelos textos acompanhantes de António Gil Hernández (nome *legal* que fabricou para si o de Amado como *também próprio*), este ensaio aponta para as condições de leitura que tal enquadramento exige considerar à partida e que dizem respeito aos territórios de interseção, hierarquia, (inter) dependência, tensão e conflito entre as esferas de literatura e política no contexto moderno configurado pelo Estado-Nação.

Palavras-chave

Baralha de sonhos, Amado L. Caeiro, António Gil, literatura, política, Modernidade.

Abstract

Confronting the fact that Amado L. Caeiro's poetry collection *Baralha de sonhos* comes framed by the interpretations provided through the accompanying texts authored by António Gil Hernández (*legal* name who fabricated Amado's as his other *proper name*), this essay points towards the conditions of reading that such framing obliges to consider ab initio and which refer to the territories of intersection, hierarchy, (inter) dependency, tension and conflict between the spheres of literature and politics in the Modern context shaped by the Nation-State.

Key Words

Baralha de sonhos, Amado L. Caeiro, António Gil, literature, politics, Modernity.

*Em honra de Evanildo Bechara,
vero académico lusógrafo
da Lusofonia Americana.*

*Na memória, da memória, à memória
de Jenaro Marinhos del Valle,
vero académico lusógrafo
da Lusofonia Europeia*

Del correr de años y textos uno acaba por aprender sólo esto: el mucho dolor sólo se dice en la aritmética de una escritura fría.

(Gabriel Albiac, “Diatriba” em *Diccionario de adioses*, 2005)

Sempre que me deixo levar da cisma entro em um labirinto e nom encontro saída, pero quando entro nom é para buscar a saída que o melhor jeito de ver-se fora é nom entrar; o que busco quando entro é precisamente perder-me.

(Jenaro Marinhos del Valle, anotação de 20 de novembro de 1984 em *Caderno de Notas*, 2008).

No, I get by with a little help from my friends

Não posso, hoje, senão começar, antes de mais, e como necessário prolegómeno com os agradecimentos. A Ângelo Cristovão Angueira, Vítor Meirinho e Xavier Vilhar Trilho, membros da *Comissão Organizadora*. À Associação de Amizade Galiza-Portugal, de que continuo a ser sócio, mesmo se nem sequer pródigo. Pela sua persistência neste evento, terceiro já¹. Pelos seus insubornáveis empenho em e dedicação a pensar coletivamente, em voz alta, e em local público as determinações de não precisamente os constituintes menores de uma problemática glotopolítica cuja complexidade reside na cegadora luminosidade de uma simpleza desarmante. E ruínosa. Mas, sobretudo, por assim o vir fazendo, também, nas duas últimas ocasiões, em torno de momentos, intervenções clave na cartografia dessa mesma problemática: Lluís Vicent Aracil, em 2004. António Gil Hernández, em 2006. E entre as vozes críticas que mais criativa e fulgorosamente se têm na última década e meia debruçado sobre tais questões e com as quais me orgulha partilhar palestra nestas jornadas.

¹ Este *ensaio* faz parte das anotações para um estudo comparativo em curso sobre textos, mormente literários, de, entre outros, António Gil e corresponde-se no substancial com o *paper* que sob o excessivo título “Da Modernidade (em Política e em Literatura) ou de resíduos entre ruínas: António Gil Hernández leitor de Amado L. Caeiro” o autor leu no *III Seminário de Políticas Linguísticas. 25 anos de atividade cívica, investigação e discussão sobre a Língua Nacional: o contributo de António Gil*, organizado pela Associação de Amizade Galiza-Portugal e que teve lugar entre 28 e 30 de março de 2006 na Universidade de Santiago de Compostela. Informação sobre este evento pode consultar-se em: <<http://www.lusografia.org/amizadegp/iiiseminario.htm>>.

Mas devo, em especial e sobremaneira, agradecer ao Ângelo o ter-me convocado para falar hoje aqui provocando assim a rotura de um em boa parte voluntário silenciamento e uns dolorosos, ambivalentes e fascinantes distância e extravio. Sei que só a fidelidade ao velho amigo e à passada, mesmo se supersónica, história comum justifica o resgate de uma voz, um ruído tão alheio agora ao devalar desse dificilmente unificável conglomerado que dá estes dias em ser chamado movimento luso-reintegracionista. Compareço aqui hoje na incomodíssima vizinhança, então, desse animal moribundo que era, no dizer de Jim Morrison, o ser próprio ao espectador (Morrison, 1988: 128). Mas participando da imensamente fria fruição do texto. Em frenética e (des)apegada atividade. Como *voyeur*, pois, no mais pleno sentido deste termo. Como leitor — já que não vemos, claro, com os olhos, e sim, só, com a linguagem.

Obrigado, portanto, Ângelo. Sabes da minha admiração pela tua constância. Do meu respeito pelo teu trabalho. Da minha gratidão pela tua inteligência.

At homo liber reliquos homines amicitia sibi jungere

Do que a escrita de António Gil Hernández supõe para a Galiza, que posso dizer que os aqui presentes não saibam bem melhor do que eu? Ou, com certeza, mais do que os aqui presentes, inclusive, aqueles inimigos ou adversários para os quais tem sido sistemática referência inelutável e sistematicamente silenciada desde há mais de vinte anos? Uma brevíssima nota pessoal, apenas, acaso. Procurando vadear o território do obsceno. Porque António é, antes de mais, um amigo de fidelidade e generosidade excecionais com quem enormes dívidas pessoais, dessas que é extremamente difícil chegar a saldar nunca, tenho contraído. Mas, isso, pertence ao íntimo. Embora esteja, contudo, intrinsecamente ligado a uma história pública de ação cívica. A que, para mim, começa exatamente em mil novecentos e oitenta e seis quando da mão de José António Lozano Garcia, Roberto Ouro Vilharaviz e Francisco José Calvo Rua conheci o António. Temos compartilhado militância associativa na Associação Galega da Língua primeiro (onde tive o prazer de muito modestamente colaborar, com ele e o Ângelo, na criação da Comissão Sociolinguística e com ele só no processo de edição das *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*), na Associação de Amizade Galiza-Portugal depois. Pelo meio, inúmeras atividades dentre as que devo agora resgatar da minha memória, primeiro, o febril processo de gestação de *Fogo cruzado* (Béjar *et al.*, 1989): esse balbuceio de que, com a decência que outros então não tivemos, soube ele desertar a tempo... Ou, sobretudo, os processos de gestação, publicação e apresentação do imprescindível *Silêncio ergueito* (Gil Hernández, 1996) de que fui testemunha, creio, imerecidamente privilegiada.

O nosso percorrido em comum — às vezes com dor, às vezes com prazer, não raro com ambos; com paixão sempre — tem-se dilatado em horas e horas que me são necessário ritual de conversa na cidade da Crunha, também nesta última década e tal de silêncio, quase ao imediato descenso do avião; arte esta, a do *versar* com *outrem*, na que é consumado praticante — e teorizador — e que tem tantas vezes ensaiado pelas ruas da cidade com essa raríssima, excepcional e imprescindível figura, tão próxima do António em tantos aspetos, e que é preciso evocar agora: Jenaro Marinhas del Valle.

De António e com António, depois de vinte e tantos anos, que são nada, desfruto de e me honra com a sua enorme inteligência, a sua gigantesca humanidade. O raro privilégio de poder chamar mestre a um amigo. Ele, que soube sempre indicar justamente aos mais novos ao tempo que nos escutava com inusuais interesse, curiosidade e diálogo crítico.

Si te dan papel pautado...

Mas não vou eu hoje falar no António. E sim no texto de um seu, “nas ideias e na atitude, irmão gémeo ou filho clónico” (Caeiro, 1985: orelha do livro): Amado L. Caeiro. *Gémeo* ou *clone* não são, claro, denominações inocentes, e têm repercussões hermenêuticas imediatas. Como em muitas ocasiões no que a seguir apresentará e repartirá, Amado vai estar *entre*. Incómoda posição, tantas vezes. *Entre* pseudónimo e heterónimo, para começar, sem ser bem nenhum deles. É mais, sem devir, ou estar a devir, nenhum deles. *Entre* poesia e prosa. *Entre* nominação e silêncio. *Entre* política e literatura. *Entre* Modernidade e Iluminismo. *Entre* Estado e Nação. Tudo em redor de um sítio vazio, subtraído sempre, intimamente ligado ao acaso (mesmo se isto não for desejado... mas que importa o desejo, esse resíduo de pó ou areia?), e absolutamente determinado pelo jogo (essa rede causal de múltiplos pontos nodais). E, nele, o que é sem dúvida mais pertinente para nós, pela aposta, pois. Pascal luta com Spinoza em forma inegavelmente produtiva enquanto Platão (muito mais que o mencionado no texto Aristóteles) aceja e Mallarmé sobrevoa a mesa ao tempo que dá cartas.

Contudo, tenho para mim que o fio condutor deste *Baralha de sonhos* cuja leitura embriagou o Chiqui, o Roberto Ouro, o Pepe Calvo e a mim nas juvenis tardes de 1986 não é senão uma batalha subjetiva de primeira magnitude: a fidelidade extrema à decisão, e projeto, com que o transterramento e o exílio depois da morte do cadáver da Europa nos anos quarenta forçou Saint-John Perse perante o agente de alfândegas: “*J’habiterai mon nom*” (Perse, 1960: 160). Isso. Só. Que não é pouco. Mas, que há num nome auto-infligido além da evidente cena Freudiana? Não vou pesquisar esta dimensão agora. Vão, apenas, um par de indicações: nas suas primeiras aparições, antes do livro, em revistas do fervilhante universo cultural crunhês dos anos

oitenta do século passado, o poeta era ‘amado ele caeiro’, sem maiúsculas (muito apropriadamente, talvez) e com a inicial média sendo originalmente o masculino pronome pessoal de terceira pessoa. *Pessoa*. Cuidado, todavia, com as imediatas invocações. Sobretudo se não convenientemente matizadas: porque *entre* Caeiro, Alberto e de Campos, Álvaro sedia-se não só Soares, Bernardo como também, embora diferentemente, *ele*, amado. Algo mais que querido. Em partícipio de passividade questionada, riscada.

Publicado na coleção “Cadernos do Povo / Poesia” das Irmandades da Fala em 1985, quando as instituições culturais autonómicas (e não só) celebravam por centéssima vez a morte de Rosália de Castro (ou era o centenário da morte o objeto de celebração?), *Baralha de sonhos* apresentava umas características que, em não poucas ocasiões, provocaram cegadores efeitos nos seus leitores. Incluso numa série dedicada à poesia segundo critérios genérico-editoriais, o texto enfrentava o leitor (e arrostava-o — as invocações, apelos à cumpridade ou questionamentos são constantes) com um heteróclito conjunto de práticas discursivas que o aproximavam *aparentemente* da estética dos artefatos (mas não das *posições* [est]éticas dos seus programas) das vanguardas literárias europeias de entre guerras. Inclusão de gravuras, citações, referências, manipulação de imagens e textos, brincadeiras com a disposição gráfica de palavras, frases, orações, versos, estrofes, cuidadosa articulação de bem específicos textos em prosa em momentos cruciais. E, por cima e como sobredeterminação de tudo isso, o livro fechava-se com três paratextos de essencial relevância: um conjunto de “Actividades” (Caeiro, 1985: I-IV) que intersectavam a paginação do livro inserindo-se entre a sessenta e oito e a sessenta e nove, e que necessariamente requeriam do leitor a manipulação do texto pelo recurso de o inscrever nos seus contextos; uma série de “Advertências” (Caeiro, 1985: 93-94) “a leitores brasileiros”, “a leitores galegos” e “a leitores portugueses e africanos de expressom portuguesa”; entre os dois, de modo crucial, um longo, genericamente vário e *extra*-ordinário “Epílogo” (Caeiro, 1985: 69-92) assinado por António Gil Hernández sob o título completo de

EPÍLOGO

acusatório e raivoso
mas nom

do

si

la

sol

fa

mi

ressentido..... (Caeiro, 1985: 69).

e com a seguinte dedicatória (mas todas as partes do poemário são dedicadas... mesmo um número importante dos poemas individuais são dedicados: não é aqui ociosa nem, claro, anacrônica, a referência à ligação hipertextual):

para Luís V. Aracil
para aqueles, inclusive Notáveis,
que nom temem reconhecer
a necessidade da Sociolingüística
e
a sua virtude revulsiva
na GALIZA espanhola hoje..... (Caeiro, 1985: 71).

De clone a clone, de gémeo a gémeo, Gil Hernández enceta o que considera “Epílogo (desnecessário)” (Gil Hernández, 1985: 73) sob forma epistolar, e íntima: “Amigo leitor (e confidente):” (Gil Hernández, 1985: 73). E, após um irónico enquadramento da situação democrática no Estado espanhol desde 1975-78 sob a sempre presente sombra da ditadura “franquista”, de imediato desvela os pressupostos do poemário de seu “irmão”. Assiste, pois, o leitor, inserido como destinatário da confiança e confidência do António à leitura que este faz da obra do Amado. Devimos, assim, parte da cena (pois muito de teatral tem o texto todo), de um “Nós” (entre aspas) não distante daquele (e daquelas) com que Castelão intitulara o seu álbum de gravados (Castelao, 1984). Quase dentro, forçados a estar dentro. A participar do jogo no qual podem, apenas sob essa dupla condição do baralhador que dá cartas, *aquele que escreve* decidir o *que quer que seja*, *decidir* nada; *aquele(s) que lê(em)*, encetar com ele uma *fingida* (no pessoano sentido da “Autopsicografia”) conversa e *reconhecer* os traços potenciais de *diá-logoi* em que as personagens, as máscaras, as pessoas vêm dadas através da combinatória de cartas encenada sobre a mesa pela mão de cada jogador... e pelas cartas mesmas, que não são mais do que *logoi*. Brinquedos. Riscos debuxados sobre a água do rio.

Epílogo, portanto, no sentido de conclusão de um livro ou discurso. Como resumo. Mas, também, como recapitulação. Epílogo, assim mesmo, jogando com o original sentido grego dos componentes do termo, como discurso superior, superdiscurso ou sobrediscurso. Epílogo, enfim, nem “ressentido” nem *em escala* (em imediata contestação à banda liderada por Antón Reixa que teve relativo sucesso no panorama musical galaico[espanhol, sobretudo] de meados a fins dos oitenta), pois apenas, *cum arte et labore*, imbricação dos degraus que compõem a requerida *escada* (aquela que o *galego* sabe habitação só dos humanos — daí a sua pausada moradia nela enquanto outros, céleres, agora sobem, depois baixam) com que desvelar o onírico jogo de luzes e sombras da caverna espanhola como da galega (e portuguesa, e lusófona). Ou, com maior precisão, destas últimas (a modo de quarto *próprio* [não sic]) na *comum*

[sic?] primeira. Não *sentido*, pois. Quer dizer, não *sentimento* (porque, como alguma vez gracejara Jacques Lacan, *le senti ment*, sempre), mas *razão* (e matemática, geométrica *ratio*). Não *melindrado* afeto, mas *pensa(n)do* (o) efeito de uma constrição nacional bem específica — *reduzindo-a* a medida, e à medida (que...). Epílogo, assim, como *arqui*-escrit(ur)a, desconstrução. E *escrita*, então, *contra* o senso comum. Sem sentido. A contracorrente. E a contrapelo. *Baralha*: conjunto de cartas necessárias para um jogo, sim. Mas também o que sobra depois de dadas as cartas para jogar. E, ainda, confusão; mistura; altercação. *Baralha... de sonhos?*: suspeito que daqueles que povoam os “nossos” sonos, sim; mas também dos mostrengos desejos, ilusões, visões e utopias que são criatura, *acusatória e raivosa*, deles.

Qual é, então, a leitura que António Gil Hernández, desde o perigosíssimo “privilégio” da clonagem ou da gemação (já sei, é diferente) e da confidência (ou, melhor, para sermos rigorosos na referência: *confissão*) do seu “coideano”, oferece, *nos* oferece, de *Baralha de sonhos*? Será ela reconhecível para “nós”, os (outros) leitores do poemário? Coincidirá com a nossa ou nossas? Como influirá, necessariamente, sobre elas? Importa, acaso, tudo isto? Porquê, então?

...escribe por el otro lado

Voltemos, aliás, aos pressupostos últimos do poemário tal e como são rastejados por Gil Hernández na sua literalidade:

That is the question: Permisso ou direito, ditadura ou democracia, súbditos ou cidadãos, também na “remexida” “literária” (todo aspado) e na Galiza.

“Este é o tema fundamental do meu poemário (se o for): Indignidade (=escravismo) ou dignidade”, confessou-me recentemente Amado L.

Nom sei se os críticos o criticarâm [...]; mas, se houver (na Galiza) críticos e se o criticarem, será decerto com outro tipo de crítica, diferente por completo do que Amado L. tentou percorrer *liricamente* e eu pretendo continuar *prosaicamente*.

Critico ou simplesmente interpreto, totó, totó, totó...?

Por onde começar? Começemos polo começo, que é o infreqüente: Existe *literatura* na Galiza? Há literatura galega? Escrito em Galiza e desde ela, é *Baralha de Sonhos* um *texto literário galego*?

Serei radical, i.e., procurarei a raiz e estabeleço a *hipótese* de que *há literatura galega*; portanto, de que o poemário de Amado L. Caeiro é texto literário galego.

Só concebendo esta realidade galega de modo bem claro e distinto, a gente-que-pretende-saber-e-ter-sabido-algo-sobre-a-Galiza evitará servir à desfeita que por todos os lados nos invade: “castra e doma do Reino de Galiza”.

Mas observando, observando cumpre concluir que a hipótese fica pura, virgem e improvável [*Aqui introduz nota a rodapé que diz: Isto é: Que nom pode ser provada ou por nom existir a realidade (a anti-hipótese) ou por nom existir provador ou por nom existir método, ainda, de provar*] e que, felizmente, o poemário de Amado L. Caeiro pode ser impunemente criticado até a desfeita.

Porque *NOM* existe o modo de contrastar a possível (em princípio) existência da literatura galega (em galego, of course), caso de que se alcançasse a delimitar, circunscrever ou atingir ao seu provável (em princípio) contexto (ou âmbitos) em exercício e vitalidade inconcussa (Gil Hernández, 1985: 73-74).

O que segue é apenas, e não é pouco, detalhado labor de explicitação das condições de toda literatura enquanto gentílico-territorialmente determinada do ponto de vista da criação de universos significantes. Condições que, dado o específico e especial material desta “arte” não podiam não ser senão sociolinguisticamente pesquisadas; numa Sociolinguística de muito específica inscrição política, claro, no sentido já apontado na dedicatória do “Epílogo”. Condições que mais adiante resume deste jeito:

7. Resumindo o exposto até aqui e reduzindo-o a verdades de Calino, afirmo que:
 - a) Nas sociedades normais os *textos literários* se decodificam (entendem-se, re-produzem-se, consomem-se) por referência ao contexto normal por definição.
 - b) Na Galiza (nom portuguesa), naçom desnacionalizada (mais do que os também desnacionalizados Países Cataláns ou do que Euskal-Herria), o *contexto* (literário e outros) constitui-se (tende/distende a...) pola força/debilidade dos textos produzidos/reproduzidos em galego i.e., em galego-português ou galaico-português, desde a *simples aparência gráfica*, revulsiva (galego-portuguesa) ou dormitiva (macarronespanholizante) [...], até os *complexos processos significantes* (ideológicos, míticos, simbólicos...) que decerto suscitam [...].
 - c) Aqueles que, consciente, livre e decididamente, som capazes de iniciar e continuar, desencadear e intensificar o decurso revulsivo [...] som os Notáveis: aqueles e só aqueles que, sabendo, dirigem eficazmente.
 - d) Portanto, os Notáveis espanhóis que na Galiza (espanhola, i.e., nom portuguesa) exercem *já* com agudeza a arte de engenho, com *espírito* [...] combativo e inclusive militarista, a tarefa nobre (em todo caso) de Notável, esses nom som Notáveis galegos, ainda que se apresentem como “galegos” [...].
 - e) Outros Notáveis, os galegos, *grosso modo* e conjuntamente, com atitude decidida e labor eficaz, ainda nom começaram a tarefa ou porque talvez simplesmente nom existem ou porque, existindo quiçá, nom querem ou porque, existindo decerto e acaso querendo, nom podem, razom esta última de nengum peso.
 - f) Portanto, só cabe concluir que ou bem nom existem os Notáveis galegos ou bem nom querem actuar como tais... Mas este é um assunto que a seguir iniciamos. (Gil Hernández, 1985: 82-83).

A seguir, de facto, assistimos à primeira sistematização teórica de Gil Hernández sobre a função notabilizar na Galiza, que noutros lugares (nomeadamente em Gil Hernández, 1995, 1996 e 2005) desenvolverá acrescentando as duas vessantes articuladas de correlacionamento diglössico e subsunção a um certo duplo ligame cuja tripartição Notables (espanhóis) / Notáveis (galegos — e, até certo ponto, portugueses *para assuntos relativos à Galiza* — que declara desde já atualmente inexistentes) / ‘notabilillos’ (ou ‘notabiluchos’) é já perceptível neste “Epílogo” a *Baralha de Sonhos* e que vem de

algum modo exigida pela articulação invocativa e temática do próprio poe-mário (em não poucas ocasiões tematizando ironicamente a relação notabilizar com referência aos seus supostos detentores na Galiza a às normas de [re]definição e regulamentação dos ideológicos oximoros “livre expressão” e “livre pensamento” nos Estados modernos).

Note-se, no entanto, que a categoria a ser analisada é, sempre, neste texto epilodal, “literatura *galega*”, não “literatura *nacional*”. Podemos cair na tentação ideológica da substituição imediata como se pertencessem ambos os termos à mesma série paradigmática. Prescindamos, porém, por um momento dos adjetivos. E procuremos, no texto, a resposta a algo de mais imediato, cuja explicitação se torna, na sequência analítica, absolutamente necessária — que é *literatura*?:

5. Sem dissentir das interpretações tradicionais, permito-me entender que, segundo Aristóteles, a literatura e, particularmente, o lirismo *em açom* vale se desencadeia a *katharsis* satisfatória, relaxante, molecente e arquitectante de espaços míticos/simbólicos/referenciais em que o gozador-sofredor encontra a razão, social, dos prazeres e das angústias.

Mas aqui, na Galiza (espanhola (?)), mais cada vez a literatura e, particularmente, o lirismo remete a espaços simbólicos nom só alheios mas também acentuadamente alienantes, progressivamente edificantes de maiores dependências definitivas, já que, à sua vez, o espaço cultural espanhol (que é, em definitiva, o referencial definitivo na Galiza (espanhola)) está a alienar-se na *yankee standard culture* ou/e na *american way of life*.

Nom acontece um processo parecido em Portugal, em partes de Portugal, entre os integrantes de algum grupo de Notáveis portugueses, que começam a duvidar (quando já nem sequer duvidam os Notáveis galegos-nom-portugueses) da identidade nacional?

Se nom for inexacto em Portugal, se for certo na Galiza (espanhola-que-nom-é-a-portuguesa), o derrubamento ou a desconstrução galopante do espaço mítico/simbólico nacional depende da incompetência dos Notáveis, de *aqueles* que a si próprios (por direito de conquista?; por simples atitude aristocrática?) se constituírom em orientadores, dirigentes, chefes, mandantes, interpretadores autênticos, etc., etc., etc., do Povo fiel, que somos os mais, ainda que inclusive se chamassem a si humildemente, piedosamente, curialmente “Irmandinhos” [...]. (Gil Hernández, 1985: 80).

E tem o leitor, aqui, a desassossegente impressão de ter sido furtado aos termos que a pergunta fixava no 1º parágrafo. O adjetivo regressa pela porta de diante, triunfante — a face pragmático-funcional do discurso literário como bem importante dimensão de um aparelho ideológico institucional (só secundariamente estatal) privilegia-se na definição do fenómeno literário. Mas, ainda, que faz literário a um discurso dado? Que, na (manipulação da) sua língua, resulta literário?

Nem nós, nem Gil Hernández, pode, sem mais, responder essa pergunta. Delinear as condições da sua possibilidade e pensabilidade, sim. Assinalar, primeiro, que “literatura”, na acepção corrente nas sociedades modernas

(sobretudo nas suas instituições académicas) é um construto essencialmente ligado a batalhas pelo cânone. E que pode ser datado como coetâneo da Modernidade mesma: a *nossa* maneira de entender (e ler) literatura muda definitivamente com a instauração das sociedades hegemonzadas pela burguesia. E, inscrito nesse exato gesto, faz quase impossível *experimentar* o que *literatura* significava antes da *consagração* (o termo não é, em modo algum, inexacto) do Estado-Nação, das línguas nacionais e da escolarização obrigatória, projetando sobre as práticas *literárias* anteriores a determinação teleológica que rege as nossas práticas leitoras desde fins do século XVIII e inícios do XIX. Quer dizer, a História é expulsa da cena mesmo se sob a aparência da sua definitiva admissão baixo as condições do humanismo teórico vulgar.

Se essas são as regras, tentemos jogar com elas (que outras poderia haver?). Assumamos, pois, que é a Literatura (com ele maiúsculo) acervo ou cúmulo de artefatos que seriam, apenas, atualizações de um proceder genérico e transversal a outros discursos e a todos os tempos. E repitamos, que faz, de acordo com Gil Hernández, literário um texto?

Na sua “Introdução” ao volume coordenado por ele próprio sob o título *Comentário de textos literários*, dadas as condições daquele projeto editorial, não podia não formular, mais uma vez, a cansina pergunta do milhão de dólares: “Que é um texto literário?” (Gil Hernández, 1986: 23-29). Sobre o assunto voltará em várias ocasiões, por exemplo, embora mais tangencialmente, em *Silêncio erqueito* (1996). Ou no *Temas de Linguística Política* (2005) e já sob a admoção expressa da caracterização diglósica das comunidades nacionais ditas *normais*.

Contudo, insisto, esquivemos, pelo momento, tal admoção e leiamos o que, trás a nestas alturas protocolária advertência de que “Delimitar a *literaturidade* de um texto (escrito) é difícil” (Gil Hernández, 1986: 23), nos diz o António sobre a sua especificidade na alínea “2.1. A literaturidade como “ironia””:

Neste apartado tento explicar que a obra literária é, ela mesma, “irónica”, mas efeito dum proceso, à sua vez, “irónico”, no sentido de que proceso e obra *estão a negar* os outros procesos (comunicativos, sobretudo) e os resultados correspondentes que fornecem a nossa cultura. Contudo, por isso mesmo, a obra literária e o proceso no que se gera *re-afirmam*-nos (os outros procesos e resultados) (Gil Hernández, 1986: 24).

Re-afirmam, mesmo? Só do ponto de vista da “normalidade” como *teoricamente* definida na modernidade do Estado-Nação... e o bucle reapropriativo recomeça. Eis a base mesma do questionamento que Gil Hernández faz da possibilidade de uma literatura de vanguarda ou altamente experimental (exatamente do tipo do encontrado em *Baralha de Sonhos*, por exemplo) nas específicas condições de desnormalização da comunidade lusófona galega

(correlacionamento diglósico deslocado; paroxístico e paralisante, mesmo, até, duplo ligame quanto às praxes ditas “normalizadoras”). A minha hipótese, porém, é que a práxis invocada na definição acima referida aponta numa outra direção. O que isso que é aí denominado “literaturidade” faz não é *negar* outros processos (*comunicativos, sobretudo*). Não diretamente, ao menos. Tal negação é mal um dos possíveis efeitos da ação ironizante ou, melhor, *humorizante*. O que este proceder faz é, primeiro e sobretudo, *testar as regras do jogo literário* (de todo jogo escrito). No sentido preciso em que Platão concebeu, primeiro, a escrita como jogo. E como fármaco. Respeitando, pois, a sua essencial ambiguidade. Mas ao spinozano jeito, também, em que Gilles Deleuze se tem referido, nos seus diálogos com Claire Parnet, ao humor no discurso como a ciência dos efeitos face à arrogante pretensão de superioridade própria da ironia: isto é o que me dais?, tomemo-lo, pois, *ao pé da letra* e vejamos aonde nos conduz que já eu vos espero nas consequências (Deleuze e Parnet, 1980: 78-79). Em não poucos casos é uma *negação* em procura da sua superação *reafirmadora*. Noutros, aqui, por exemplo, nos discursos múltiplos de *Baralha de sonhos*, tem um efeito de subtração. De assinalamento de um vazio *nunca preenchível*. O sistema de regras saltou pelos ares. Mas, surpreendentemente, é o sistema de regras daquela adjetivação a que antes nos referíamos e que vínhamos até agora afastando das nossas considerações: a “normalidade estado-nacional” é um buraco negro, realização política da Modernidade e, ao tempo, verificação última das suas aporias. A literatura, como ironia, ou como humor, ficou inafetada.

Assim é como acho melhor apreender a relação em que António Gil põe o texto literário (como termo não marcado... já ele dizia no “Epílogo” a *Baralha*: “Por onde começar? Começemos pelo começo”) e os textos não-literários:

Mas também o texto literário serve de apoiatura (no complexo cultural) à construção *normal* dos textos, nom literários, por canto que, mesmo cando som escritos (como os pertencentes ao Direito ou à Didáctica), nom perseguem na sua construção interna senom a plena comunicabilidade ou, por outras palavras, caracterizam-se por serem *transitivos* da mensage que contêm, à diferença do texto literário que, deste ponto de vista, pode considerar-se como *intransitivo* (Gil Hernández, 1986: 26-27).

Como lê, e qual é, então a leitura que Gil Hernández faz de Amado L. Caeiro?

Enfrenta-se primeiro ao seu lirismo explicitando em que condições (sociais, históricas) pode este desenvolver-se com “normalidade” como comunicação literária. Enuncia, e “esquece” imediatamente, de forma simultânea que o texto do Amado é texto literário galego e que não há condições (sociais, históricas) para este texto poder ser tal. Risca, de facto, a sua condição *nacional*, pois a norma vem enquadrada pelo e no Estado-Nação. Fica, apenas, o seu proceder

como *literaturidade*. Resíduo. Ou Ruína. Verdade, contra a idade dos poetas (Badiou, 1989: 49-58), também. E precário, aporético privilégio.

Down the foggy ruins of time, far past the frozen leaves

Pergunta-nos e, sobretudo, pergunta-se, nalguma altura do “Epílogo”, António Gil: “Eu, ao expressar-me deste jeito, nom procedo como Notável? (*Mon Dieu!, quem o diria!*)” (Gil Hernández, 1985: 80). Talvez. Eu, ainda, com Maurice Blanchot (1984) e, doutra forma, Santiago Alba Rico (2007a, 2007b), prefiro dizer que (anacrónico como puder parecer numa primeira olhada) sim o faz como aquele escritor que *suspende*, por imperativo de dignidade e decência, o seu labor (isto é, que se subtrai ao seu silêncio) para (des) velar pel(os) sentidos tanto de ações como dessa sorte especificamente humana de ações que são as palavras. Quer dizer, *como intelectual*. Não é, nem muito menos, o mesmo.

Mas, como ler, então, sem os assumidos normais parâmetros *normalmente* operativos, *Baralha de Sonhos*?

Referências

- Alba Rico, Santiago (2007a). Los intelectuales y el apocalipsis cultural. Alba Rico, S. (2007). *Capitalismo y nihilismo*. Madrid: Akal, pp. 233-252.
- Alba Rico, Santiago (2007b). Los intelectuales y la política: de vuelta a la realidad. Alba Rico, S. *Capitalismo y nihilismo*. Madrid: Akal, pp. 253-262.
- Badiou, Alain (1989). *Manifeste pour la philosophie*. Paris: Seuil.
- Béjar, Júlio et al. (1989). *Fogo cruzado*. Corunha: Associação Galega da Língua.
- Blanchot, Maurice (1984). Les Intellectuels en question. *Le Débat*, núm. 29, pp. 3-28.
- Caeiro, Amado L. (1985). *Baralha de sonhos*. Ponte Vedra-Braga: Irmandades da Fala.
- Castelao, Afonso Daniel R. (1984 [1931]). “Nós”. Vigo: Galaxia, edição fac-similar.
- Deleuze, Gilles e Parnet, Claire (1980 [1977]). De la superioridad de la literatura angloamericana.
- Deleuze, G. e Parnet, C. (1980 [1977]). *Diálogos*. Valência: Pre-Textos, pp. 43-86.
- Gil Hernández, António (1986). Introdução. Gil Hernández, A. coord. (1986). *Comentário de textos literários*. Madrid: Alhena Ediciones, pp. 11-37.
- Gil Hernández, António ed. (1989). *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* [Ourense, setembro 1987]. Corunha: Associação Galega da Língua.
- Gil Hernández, António (1995). Para uma história do processo “normalizador” na Galiza: um “auto” pouco móvel. *Razão de Estado* ou sem-razão estatuída. *Nós*, núms. 41-50, pp. 123-146.
- Gil Hernández, António (1996). *Silêncio ergueito. Apontamentos sócio-políticos sobre questões aparentemente idiomáticas (Infelizmente certificados apenas dez anos depois)*. Sada: Edições do Castro.
- Gil Hernández, António (2005). *Temas de Linguística Política. Seguidos dum avanço de Temas de Política Linguística*. Santiago de Compostela-Braga: Associação de Amizade Galiza-Portugal.
- Morrison, Jim (1988 [1969]). Los señores. Morrison, J. (1988). *Las nuevas criaturas. Los señores*. Madrid: Fundamentos, edição bilingue em inglês e espanhol.
- Perse, Saint-John (1960 [1942]). *Éloges suivi de La Gloire des Rois, Anabase, Exil*. Paris: Gallimard.

ÁLVARO J. VIDAL BOUZON (1968-)

É membro da AGLP. Vid. Síntese curricular no Vol. 2 (2008) deste *Boletim*.